

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 02/2020

O município de Santa Gertrudes, por intermédio da Secretaria Municipal de Finanças e Patrimônio torna público, para conhecimento dos interessados, que acha-se aberto, o **Edital de Chamada Pública 02/2020**, que objetiva o **credenciamento de instituições financeiras para prestação de serviços bancários de arrecadação de tributos municipais e demais receitas de titularidade da Prefeitura Municipal de Santa Gertrudes, através de documentos na modalidade código de barras no padrão Febraban (não compensável) e/ou pela modalidade de débito automático em conta, por intermédio de suas agências e agentes arrecadadores, com prestação de contas por meio digital de valores arrecadados**, regido pela Lei Federal Nº: 8.666/93 e demais legislações expressas no item 3, deste Edital.

1 - DO OBJETO

1.1. A presente licitação, nos termos do item 7 deste Edital, objetiva o **credenciamento de instituições financeiras para prestação de serviços bancários de arrecadação de tributos municipais e demais receitas de titularidade da Prefeitura Municipal de Santa Gertrudes, através de documentos na modalidade código de barras no padrão Febraban (não compensável) e/ou pela modalidade de débito automático em conta, por intermédio de suas agências e agentes arrecadadores, com prestação de contas por meio digital de valores arrecadados**, nos moldes do descrito e estimado no “Anexo B” ao presente Instrumento Convocatório.

1.2. A licitante deverá optar no ato do Credenciamento pela realização de todas as modalidades de arrecadação ou por apenas uma delas, porém não é admitida a opção de arrecadação **EXCLUSIVA** por canais alternativos, entendidos por caixas eletrônicos, internet banking, banco 24 horas, telefone e aplicativos para celular.

1.3. A quantidade estimada anual de guias é de 65.973(sessenta e cinco mil, novecentas e setenta e três) unidades, e o valor global estimado dos valores das taxas que serão pagas baseando-se no montante de guias a serem emitidas é de R\$ 11.326.184,34 (Onze milhões, trezentos e vinte e seis mil, cento e oitenta e quatro reais e trinta e quatro centavos).

1.4. A execução dos serviços deverá respeitar rigorosamente todas as disposições constantes do Edital e seus Anexos.

2 - DOS RECURSOS FINANCEIROS

2.1. A despesa originada por esta contratação será atendida pela dotação orçamentária: 04.123.0001.2003 - 3.3.90.39. – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, constante do orçamento-programa para o exercício econômico e financeiro de 2020.

3 - DO SUPORTE LEGAL

3.1. Este Edital de Chamamento é regulado pelos seguintes dispositivos legais:

- 3.1.1. Constituição Federal;
- 3.1.2. Lei Orgânica Municipal;
- 3.1.3. Lei Federal Nº: 8.666/93;
- 3.1.4. Lei Federal Nº: 8.880/94;
- 3.1.5. Lei Federal Nº: 8.883/94;
- 3.1.6. Lei Federal Nº: 9.032/95;

3.1.7. Lei Federal Nº: 9.069/95;
3.1.8. Lei Federal Nº: 9.648/98;
3.1.9. Lei Federal Nº: 9.854/99;
3.1.10. Lei Complementar Nº: 123/2006;
3.1.11. Lei Federal Nº: 12.440/2011;
3.1.12. Lei Complementar 147/2014;
3.1.13. Decreto nº 8.302, de 4 de setembro de 2014;
3.1.14. Portaria MF nº 358, de 5 de setembro de 2014;
3.1.15. Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, de 2 de outubro de 2014;
3.1.16. Demais disposições legais passíveis de aplicação, inclusive subsidiariamente, os princípios gerais de Direito.

4 - DO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES E DA CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A Prefeitura fornecerá, à Rua 01A, 332, Centro, Santa Gertrudes/SP, cópia deste Edital com seus elementos técnicos constitutivos, no horário das 09:00 às 16:00 horas.

4.1.1. O Edital com seus elementos técnicos constitutivos também estarão disponíveis no site www.santagertrudes.sp.gov.br.

4.2. Em caso de não solicitação pelos proponentes, de esclarecimento e informações, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos, não cabendo, portanto, posteriormente, o direito a qualquer reclamação.

4.3. Não será permitida a participação de empresas:

4.3.1. Empresas que, por qualquer motivo, estejam declaradas inidôneas OU punidas com suspensão do direito de licitar ou contratar perante a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual E Municipal;

4.3.2. Empresas que tenham sido declaradas inidôneas OU punidas com suspensão do direito de licitar ou contratar com este órgão licitante;

4.3.3. Empresas que estejam sob falência, concurso de credores, dissolução e liquidação;

4.3.4. Empresas das quais participe, seja a que título for, servidor público ou dirigente deste Município, nos moldes do artigo 9º, da Lei Federal 8.666/93 e posteriores alterações;

4.3.5. A não observância das alíneas anteriores por parte da empresa ensejará as sanções e penalidades legais aplicáveis.

4.4. Poderão participar deste Credenciamento:

4.4.1. As instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na forma de banco Múltiplo, Comercial ou Cooperativo e Cooperativa de Crédito, que preencherem todos os requisitos exigidos neste Edital.

5 - DOS PRAZOS - DOS DOCUMENTOS - DA PROPOSTA

5.1. As instituições financeiras interessadas poderão inscrever-se para Credenciamento a partir da publicação do presente instrumento no Diário Oficial do Estado, mural de avisos da Prefeitura, jornal de grande circulação e no site do Município de Santa Gertrudes – www.santagertrudes.sp.gov.br.

5.2. Considerar-se-ão credenciadas as empresas que apresentarem os documentos enumerados no item 5.4.2. deste instrumento.

5.3. Os interessados poderão solicitar inscrição no Credenciamento no período de **10/02/2020 a 02/03/2020**.

5.3.1. As inscrições serão analisadas periodicamente, e, findo o prazo estabelecido no item 5.3., não será dado novo prazo para entrega de documentos faltantes, salvo disposições legais que tratam do assunto.

5.4. Os interessados deverão entregar no serviço de protocolo da Prefeitura, à Rua 01A, 332, Centro, Santa Gertrudes/SP, **no horário das 09:00 as 17:00 horas, dentro do período descrito no item 5.3.,** a documentação correspondente a sua participação, em envelope **opaco, indevassável e fechado**, contendo em sua parte externa o nome da empresa proponente e seu endereço, bem como o número do presente Edital de Chamamento, a saber:

5.4.1. Envelope de Documentos:

Prefeitura do Município de Santa Gertrudes;
Rua 01A, 332, Centro, Santa Gertrudes/SP;
Envelope de Documentos;
Edital de Chamamento Público 02/2020;

Dados do Participante:
Razão Social:
Endereço Completo:
Telefone:
CNPJ:

5.4.2. Conteúdo do Envelope de Documentos:

5.4.2.1. Os documentos exigidos no envelope, quando o interessado for pessoa jurídica são:

5.4.2.1.1. Habilitação jurídica:

5.4.2.1.1.1. Registro Comercial, em caso de empresa individual;

5.4.2.1.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores;

5.4.2.1.1.3. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil ou Comissão de Valores Mobiliários ou órgão competente.

5.4.2.1.1.4. Comprovação, através de documento expedido pelo Banco Central de que a instituição financeira está em pleno uso e gozo de suas atividades e não se encontra em processo de liquidação extrajudicial ou cópia do certificado de autorização de funcionamento expedido pelo Banco Central.

5.4.2.1.2. Regularidade fiscal e trabalhista:

5.4.2.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, do Ministério da Fazenda, com validade em vigor (www.receita.fazenda.gov.br);

5.4.2.1.2.2. A Fazenda Federal (consistindo em certidão negativa de tributos e contribuições federais, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional, ou, [Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União](http://www.receita.fazenda.gov.br)) (www.receita.fazenda.gov.br), **JUNTAMENTE COM A SEGURIDADE SOCIAL**, conforme Decreto nº 8.302, de 4 de setembro de 2014, Portaria MF nº 358, de 5 de setembro de 2014 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, de 2 de outubro de 2014, (www.receita.fazenda.gov.br);

5.4.2.1.2.2.1. **Serão aceitas Certidão Conjunta Negativa de débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União e Certidão Negativa de Débito – CND, relativa à seguridade social, fracionadas, desde que vigentes;**

5.4.2.1.2.3. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, com validade em vigor, nos moldes do que estabelece a Lei Federal 12.440/2011, de 07 de julho de 2011 (www.tst.jus.br);

5.4.2.1.2.4. Certificado de Regularidade – CRF perante os recolhimentos do FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, com validade em vigor, fornecido pela Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei (www.caixa.gov.br);

5.4.2.1.2.5. A Fazenda Estadual (Certidão Negativa quanto a Dívida Ativa do Estado) (www.dividaativa.pge.sp.gov.br), quando tratar-se de empresa estabelecida no Estado de São Paulo;

5.4.2.1.2.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos, compreendendo Tributos Mobiliários, na forma da Lei, com prazo de validade em vigor;

5.4.2.1.2.7. As provas de regularidade deverão ser feitas por Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa;

5.4.2.1.2.7.1. Considera-se Positiva com efeitos de Negativa a certidão em que conste a existência de créditos não vencidos; em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora; ou cuja exigibilidade esteja suspensa por moratória, ou depósito de seu montante integral, ou reclamações e recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo ou concessão de medida liminar em mandado de segurança;

5.4.2.1.2.8. As empresas que se encontrarem em recuperação judicial e/ou extrajudicial deverão apresentar as declarações constantes nos Anexos G e H. Caso o credenciado não apresente o comprovante de cumprimento do Plano de Recuperação Judicial e/ou Extrajudicial conforme compromisso assumido nos Anexos G e H, ficará impedido de assinar o contrato, portanto, será considerado não credenciado e dar-se-á seguimento a lista de classificados para atendimento do objeto do certame.

5.4.2.1.2.8.1. Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, referente a recuperação judicial e/ou extrajudicial, deve a empresa apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor;

5.4.2.1.2.8.2. A certidão referida no item 5.4.2.1.2.8.1, que não estiver mencionando explicitamente o prazo de validade, somente serão aceitas com o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua emissão.

5.4.2.1.3. Habilitação Técnica:

5.4.2.1.3.1. Listagem dos procedimentos que se propõe realizar, conforme Modelo Anexo B;

5.4.2.1.4. Declarações:

5.4.2.1.4.1. Anexo D – Requerimento para Credenciamento;

5.4.2.1.4.2. Anexo C - Formulário de Dados Cadastrais e Declarações;

5.5. As instituições financeiras serão credenciadas pela ordem de apresentação do envelope contendo os documentos de habilitação;

5.5.1. As inscrições serão analisadas periodicamente, e, findo o prazo estabelecido no item 5.3., não será dado novo prazo para entrega de documentos faltantes, salvo disposições legais que tratam do assunto;

5.5.2. Será realizada a habilitação / inabilitação dos interessados, e a relação dos proponentes habilitados será publicado no Diário Oficial do Estado (DOE).

5.6. A qualquer tempo poderá ser alterado, suspenso ou cancelado o credenciamento do inscrito que deixar de satisfazer as exigências estabelecidas para o credenciamento;

5.7. Notas explicativas importantes:

5.7.1. Os documentos para o credenciamento poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia preferencialmente autenticada por tabelião de notas, por servidor da Prefeitura ou através de publicação na Imprensa Oficial.

5.7.2. Em todas as hipóteses referidas neste item, não serão aceitos protocolos e nem documentos com prazo de validade vencido.

6 - DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL:

6.1. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar os termos do presente Edital por irregularidade, protocolizando o pedido até 02 (dois) dias úteis antes da data final fixada para a entrega dos documentos, cabendo a Comissão decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas. Demais informações poderão ser obtidas pelo telefone (0xx19) 3545-8000.

6.2. As petições deverão ser encaminhadas **por escrito e assinadas**, ao Setor de Protocolo da Prefeitura, a Rua 01A, 332, Centro, Santa Gertrudes/SP, das 09:00 as 17:00 horas., através do e-mail: protocolo@santagertrudes.sp.gov.br ou pelo fax (19) 35458000.

6.2.1. A PREFEITURA NÃO SE RESPONSABILIZA POR PROBLEMAS QUE POSSAM VIR A OCORRER QUANDO DO ENCAMINHAMENTO DAS PETIÇÕES CITADAS NO ITEM 6.2.

6.3. Não serão reconhecidas as impugnações interpostas, vencidos os respectivos prazos legais.

6.4. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

6.5. Em caso de alteração no texto do Edital e de seus anexos, **que afete a formulação das propostas**, o prazo de divulgação será restituído na íntegra.

6.6. Cópias e vistas ao processo licitatório, deverão ser solicitadas **por escrito e assinadas**, ao Setor de Protocolo da Prefeitura, a Rua 01A, 332, Centro, Santa Gertrudes/SP, das 09:00 as 17:00 horas, através do e-mail: protocolo@santagertrudes.sp.gov.br ou pelo fax (19) 35458000.

6.6.1. Será designada uma data, a partir do protocolo, para que o interessado retire as cópias solicitadas ou tenha vistas ao processo.

7 – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

7.1. A remuneração pela prestação dos serviços será idêntica para todas as instituições financeiras credenciadas e corresponderá ao valor apresentado abaixo:

7.1.1. R\$ 3,15 (três reais e quinze centavos) por documento recebido na modalidade Guichês de Caixa;

7.1.2. R\$ 2,10 (dois reais e dez centavos) por documento recebido na modalidade canal alternativo, ou seja, caixa eletrônico, internet banking, banco 24 horas, telefone e aplicativos para celular;

7.1.3. R\$ 2,10 (dois reais e dez centavos) por documento recebido na modalidade Lotérico ou Correspondente Bancário;

7.1.4. R\$ 2,10 (dois reais e dez centavos) por documento recebido na modalidade Débito Automático.

7.2. Para esta definição foram tomadas as taxas que já estão sendo aplicadas nos contratos oriundos da Chamada Pública 02/2017.

7.3. No caso de renovação de contrato, os preços acima **PODERÃO SER** reajustados pelo IGPM/FGV/SP acumulado no período de vigência do contrato.

7.4. Nos preços deverão estar incluídas, além do lucro, todas as despesas de custos de: materiais, mão de obra, equipamentos, transportes, cargas, seguros, salários, encargos sociais e trabalhistas, limpeza do local, custos e benefícios, taxas e impostos, e quaisquer outras despesas, direta ou indiretamente relacionadas com a execução dos serviços.

7.5. Prazo máximo para início dos serviços: IMEDIATO após assinatura do contrato.

7.6. Notas explicativas importantes:

7.6.1. Todos os valores, custos e preços ofertados terão como expressão monetária a moeda corrente do país.

8 - DOS REAJUSTES DE PREÇOS DO CREDENCIAMENTO E RECURSOS

8.1. Conforme dispõe a Lei Federal Nº: 8.880/94, os preços não sofrerão reajustes pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data da celebração do contrato

8.1.1. Os preços **PODERÃO SER** reajustados depois de cumprido o prazo do item 8.1, utilizando-se como parâmetro de reajuste o IGPM/FGV/SP – Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas/SP, ou outro índice que vier a substituí-lo a critério da Prefeitura.

8.2. As despesas originadas por esta licitação serão atendidas pela seguinte dotação orçamentária:

8.2.1. Dotação: 04.123.0001.2003 - 3.3.90.39. – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;

8.3. A dotação elencada acima consta do orçamento-programa para exercício econômico e financeiro de 2020.

9 - DO CONTRATO

9.1. As credenciadas, após o prazo estabelecido no item 5.3., serão notificadas para assinar o termo de contrato, aceitar ou, retirar o instrumento equivalente, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei Federal Nº: 8.666/93 e alterações.

9.1.1. A recusa injustificada da vencedora em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitará à mesma as penalidades estabelecidas neste Edital.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Prefeitura.

9.3. É facultado à Prefeitura, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no artigo 81, da Lei Federal Nº: 8.666/93 e alterações.

9.4. Decorridos 60 (sessenta) dias da data final para a entrega dos documentos para o credenciamento, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

9.5. O contrato a ser firmado terá vigência até **12(doze) meses corridos com possibilidade de prorrogação.**

9.6. Obrigações da CONTRATADA:

9.6.1. Caso a Instituição Financeira não repasse o valor dos pagamentos realizados pelos consumidores e/ou devedores, assumirá a responsabilidade pelo valor total não repassado, inclusive seus acréscimos;

9.6.2. Os serviços deverão ser prestados a partir da assinatura do contrato, devendo para tanto, a Instituição Financeira disponibilizar o meio pelo qual os arquivos eletrônicos serão transmitidos;

9.6.3. A forma de prestação dos serviços deverá obedecer rigorosamente o disposto no Anexo I - Termo de Referência;

9.6.4. Havendo qualquer divergência apurada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES, a instituição financeira terá 02 (dois) dias úteis, após a notificação, para efetuar a correção sobre a diferença apurada no valor do repasse.

9.6.5. A Instituição Financeira credenciada prestará serviços de arrecadação de impostos e taxas e demais receitas municipais de titularidade da PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES, de acordo com as estipulações do Edital e do Contrato.

9.6.5.1 - A prestação dos serviços de arrecadação de documentos na modalidade código de barras no padrão FEBRABAN – não compensável – através do canal guichês de caixa e/ou canais alternativos e através da modalidade de débito automático em conta será realizada pela Instituição Financeira, por suas subsidiárias, agências bancárias e outras representações, devendo a Instituição Financeira optar no ato do Credenciamento pela realização de quaisquer modalidades de arrecadação, não sendo admitida a opção de arrecadação exclusiva por “débito automático”.

9.6.5.1.1 – Entende-se por canais alternativos de arrecadação para efeitos deste Credenciamento: caixa eletrônico, internet banking, banco 24 horas, telefone e aplicativo para celular.

9.6.6 - O repasse de arrecadação, com respectiva prestação de contas por transmissão eletrônica de dados, em favor da PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES, deverá ser realizado de forma diária e centralizada pela Instituição Financeira.

9.6.7. A Instituição Financeira não poderá restringir a arrecadação de impostos e taxas e demais receitas municipais da PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES de clientes e não clientes das respectivas instituições, nem tão pouco reduzir o horário de recebimento desses documentos.

9.6.8. São obrigações da Instituição Financeira que optar pela arrecadação de documentos pela modalidade código de barras no padrão FEBRABAN (não compensável) através do canal guichês de caixa e canais alternativos, e pela modalidade de débito automático em conta:

I – Arrecadar impostos e taxas e demais receitas municipais através dos documentos emitidos pelo PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES, no padrão FEBRABAN, que estejam com todos os campos de informações obrigatórios devidamente preenchidos, sem emendas ou rasuras, por qualquer canal de atendimento pelo qual se processe o pagamento, nos termos deste Credenciamento, inclusive após o vencimento;

II – Arrecadar em toda sua rede de agências, postos bancários e outras representações, inclusive as que vierem a ser inauguradas, após a assinatura do CONTRATO;

III – Apresentar a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES, no ato da assinatura do CONTRATO, meios necessários à implementação da prestação de serviços ora contratada, em especial o programa de transmissão eletrônica de dados a ser utilizado e a relação de todas as receitas enviadas, informando na vigência do contrato qualquer alteração que venha a ocorrer;

IV – Comunicar formalmente a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES, com a maior brevidade possível, a ocorrência de avarias, danos, reparações ou modificações ocorridas no sistema de recolhimento da Instituição Financeira, que resultem em descontinuidade de arrecadação em modalidade de pagamento colocado à disposição do consumidor, ou na modificação de qualquer processo que tenha reflexo nos serviços objeto do CONTRATO;

V – Obter as informações nos documentos de arrecadação pela leitura do código de barras no padrão FEBRABAN ou pela digitação da respectiva representação numérica;

VI – Não cobrar, em hipótese alguma, qualquer taxa ou tarifa do contribuinte e/ou devedor, pela recepção, processamento e pagamento de suas obrigações;

VII – Autenticar o documento de arrecadação, em todas as suas vias, ou emitir um recibo da recepção do pagamento, contendo o número de autenticação caixa ou código de transação, valor e data de pagamento, além da representação numérica do código de barras;

VIII – Manter os documentos de arrecadação arquivados, preferencialmente, por um período de 90 (noventa) dias;

IX – Formar cadastro dos clientes que optaram pelo débito automático em conta através de suas agências;

X – Atualizar o cadastro (inclusões/exclusões), encaminhando a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES arquivo eletrônico, contendo os clientes optantes e não optantes, para que se efetue o devido acerto (parcial ou global) nos registros da Prefeitura;

XI – Requisitar autorização expressa de seus clientes, de forma escrita ou meio eletrônico, para o processamento de débito automático de despesas em sua conta;

XII – Processar o arquivo eletrônico de remessa recebido da PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES (movimento de débito), efetuando os débitos nas contas dos clientes, nas datas de vencimentos (ou no dia útil imediatamente posterior quando o vencimento ocorrer aos sábados, domingos, feriados nacionais, feriados bancários e feriados municipais) identificadas nos arquivos, no caso da existência de saldos suficientes em conta;

XIII – Enviar a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES, até as 09h00min (nove) horas do primeiro dia útil subsequente a arrecadação, arquivo(s) digital de retorno, com os recebimentos do dia útil anterior por documentos com código de barras, através de programa de transmissão eletrônica de dados;

XIV - Enviar a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES, até as 09h00min (nove) horas do primeiro dia útil subsequente a arrecadação, arquivo(s) digital de retorno, com os recebimentos por débito automático, através de programa de transmissão eletrônica de dados;

XV – Arcar com os eventuais custos do referido programa de transmissão eletrônica de dados;

XVI – Encaminhar a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES no arquivo eletrônico de retorno de débito automático o que foi e o que não foi debitado, de acordo com os códigos estabelecidos;

XVII – Efetuar o repasse do produto da arrecadação de impostos e taxas e demais receitas municipais da PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES, independentemente da forma de arrecadação, através do Sistema de Pagamentos Brasileiro – SPB, até as 09h00min horas do segundo dia útil seguinte à data de arrecadação (D+2), a crédito da conta corrente a ser informada posteriormente pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES;

XVIII – Remeter, em caso de incorreção de dados, as informações regularizadas no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado a partir do horário de recebimento da comunicação de rejeição, sem prejuízo das penalidades previstas no contrato;

XIX – Remunerar a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES, no caso do produto da arrecadação diária não ser repassado no prazo determinado no inciso XVII, do dia útil seguinte ao prazo previsto até o dia do efetivo repasse, com base na variação da Taxa Referencial de Títulos Federais, do dia útil anterior ao do repasse, exceto quando da ocorrência de feriado, onde o PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES mantém a centralização do repasse;

XX – Comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES, quando constatar que o valor repassado decorreu de pagamento indevido, realizado mediante fraude perpetrada por qualquer meio de pagamento ou erro de processamento/digitação do código de barras, solicitando o reembolso da respectiva importância, mediante apresentação de pedido específico, acompanhado da documentação comprobatória da ocorrência;

XXI - Cumprir as normas estabelecidas na legislação específica do Município, bem como nos instrumentos normativos que vierem a ser publicados para regular o procedimento concernente aos serviços de arrecadação objeto do CONTRATO, o que dependerá de prévia ciência das partes, por escrito;

XXII – Fornecer a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES, obrigatoriamente nas eventuais renovações de contratos e/ou sempre que solicitadas, certidões negativas de encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários;

XXIII – Disponibilizar a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES os documentos e as informações necessárias para a verificação dos procedimentos de arrecadação, ficando a Instituição Financeira obrigada a resolver eventual irregularidade, inclusive reprocessando a informação contida nos arquivos auditados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

XXIV – Manter as informações de transmissão de arrecadação em meio eletrônico por um período mínimo de 180 (cento e oitenta) dias;

XXV – Reenviar os arquivos de retorno em até 02 (dois) dias corridos sempre que solicitado pela contratante;

XXVI – Informar os números para contato telefônico com as centrais de apoio aos serviços de transmissão dos arquivos de retorno, bem como os endereços eletrônicos também utilizados pelas mesmas, e ainda atualizá-los sempre que houver modificações destes.

XXVII – Os documentos ou títulos vencidos somente poderão ser pagos na agência local do Banco do Brasil, com a incidência de multa de 0,33% ao dia, limitada a 10% e juros de 1% ao mês.

9.6.9. São obrigações da Instituição Financeira que optar pela arrecadação exclusiva de documentos na modalidade código de barras no padrão FEBRABAN (não compensável) através do canal guichês de caixa e canais alternativos:

I – Atender aos itens I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, XIII, XV, XVII, XVIII, XIX, XX, XXI, XXII, XXIII, XXIV, XXV, XXVI e XXVII da cláusula 3.2 do Termo de Referência.

9.6.10. São obrigações da Instituição Financeira que optar pela arrecadação exclusiva através da modalidade de débito automático em conta: I – Atender aos itens III, IV, VI, IX, X, XI, XII, XIV,

XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXI, XXII, XXIII, XXIV, XXV, XXVI e XXVII da cláusula 3.2 do Termo de Referência.

9.6.11. na modalidade código de barras no padrão FEBRABAN através de canais alternativos, e pela modalidade de débito automático em conta: I – Atender aos itens II, III, IV, V, VI, VII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXI, XXII, XXIII, XXIV, XXV, XXVI e XXVII da cláusula 3.2 do Termo de Referência.

9.6.12. O repasse de que trata o Inciso XVII, da Cláusula 3.2 do Termo de Referência deverá corresponder ao valor da arrecadação já deduzido o valor das tarifas correspondentes, expedindo aviso (entenda-se memória de cálculo das tarifas cobradas), disponibilizado por alguma forma eletrônica, no qual se demonstrará o valor bruto, o valor relativo à tarifa, o valor líquido depositado e a quantidade de documentos processados, separados por modalidade e canais, conforme Item 7 e 11 do Edital, admitindo-se forma alternativa, desde que com anuência da PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES.

I – Havendo qualquer divergência apurada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES, a instituição financeira terá 02 (dois) dias úteis para efetuar a correção após a comunicação, corrigindo-se a diferença apurada no valor do repasse seguinte.

9.6.13. É vedado à Instituição Financeira:

I – Utilizar, revelar ou divulgar, no todo ou em parte, ainda que para uso interno, informações ou documentos vinculados à prestação de serviços para a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES;

II – Deduzir valores sem a autorização expressa da PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES, admitindo-se em relação ao Banco do Brasil S/A e à Caixa Econômica Federal o débito/estorno na conta bancária, seguida de comunicação a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES, para os devidos registros contábeis;

III – Receber o pagamento de impostos, taxas e demais receitas mediante cheque, que não seja do próprio consumidor e/ou com valor diferente do documento de arrecadação e sem vinculação ao pagamento, mediante anotação em seu verso da matrícula e da referência paga.

9.6.14. Não será considerada como repassada a arrecadação:

I – Enquanto o arquivo das transações remetido pela Instituição Financeira não for recebido pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES;

II – Quando o valor constante do arquivo das transações for diferente do valor depositado, e enquanto perdurar a irregularidade.

9.7. SÃO OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

I - Expedir normas e procedimentos de verificação e controle da consistência das informações relativas ao recebimento de tributos municipais e demais receitas da PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES;

II – Especificar o protocolo de comunicação a ser utilizada na transmissão eletrônica de dados;

III – Estabelecer as especificações técnicas para a captura e envio das informações, conforme as condições estabelecidas no padrão FEBRABAN (não compensável) de código de barras;

IV – Remunerar a Instituição Financeira pelos serviços efetivamente prestados, conforme a Cláusula 3.6 do Termo de Referência;

V – Colocar à disposição dos consumidores as informações necessárias para que estes possam efetuar seus pagamentos;

VI – Providenciar a impressão do demonstrativo de débito com o valor a ser debitado e o envio do mesmo ao domicílio do interessado, com a devida antecedência com relação data do vencimento, com mensagem indicativa da forma de quitação;

VII – Encaminhar arquivo eletrônico de remessa para débito nas contas dos clientes que optaram pelo sistema, com 04 (quatro) dias úteis de antecedência da data do vencimento;

VIII – Manter cópia do arquivo eletrônico de remessa enviado à Instituição Financeira para substituição na eventualidade de danificação do mesmo;

IX – Aceitar a data mais recente de cadastramento no caso de encargo que já conste do cadastro da empresa como débito automático ao receber novo cadastro para o mesmo cliente

10 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

10.1. O contrato a ser firmado terá vigência de até **12(doze) meses corridos**, contados da data da sua celebração, podendo ser prorrogado, a critério da Administração, nos termos do Art. 57, II, da Lei nº. 8.666/93.

11 - DOS PAGAMENTOS

11.1. Serão efetuados os pagamentos através da retenção da taxa no valor do título a ser repassado ao município, conforme segue:

11.1.1. R\$ 3,15 (três reais e quinze centavos) por documento recebido na modalidade Guichês de Caixa;

11.1.2. R\$ 2,10 (dois reais e dez centavos) por documento recebido na modalidade canal alternativo, ou seja, caixa eletrônico, internet banking, banco 24 horas, telefone e aplicativos para celular;

11.1.3. R\$ 2,10 (dois reais e dez centavos) por documento recebido na modalidade Lotérico ou Correspondente Bancário;

11.1.4. R\$ 2,10 (dois reais e dez centavos) por documento recebido na modalidade Débito Automático.

12 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O credenciado ficará sujeito as seguintes penalidades, por inobservância as condições estabelecidas neste Edital e no Contrato de Chamamento:

12.1.1. Advertência escrita com prazo para sanar a pendência;

12.1.2. Aplicação de multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), dobrada em caso de reincidência;

12.1.3. Sanções previstas na Lei 8.666/93.

13 – DOS ANEXOS

13.1. Fazem parte integrante e indissociável deste Edital, como se nele estivessem transcritos, os seguintes anexos:

13.1.1. Anexo A – Termo de Referência;

13.1.2. Anexo B – Modelo de Listagem de Serviços;

13.1.3. Anexo C - Formulário de Dados Cadastrais e Declarações;

13.1.4. Anexo D –Modelo de Requerimento para Credenciamento;

13.1.5. Anexo E – Minuta do Contrato;

13.1.6. Anexo F - Termo de Ciência e Notificação;

13.1.7. Anexo G - Modelo de Declaração para empresas em recuperação judicial;

13.1.8. Anexo H - Modelo de Declaração para empresas em recuperação extrajudicial.

14 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

14.1. Poderão participar deste Edital de Chamada Pública as pessoas jurídicas devidamente constituídas e enquadradas no ramo.

14.2. A Prefeitura poderá solicitar, de qualquer interessado, informações e esclarecimentos complementares para perfeito juízo e entendimento da documentação ou proposta apresentada.

14.3. A Prefeitura poderá revogar este Edital por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, podendo também, anulá-lo, sem que caiba aos interessados o direito a qualquer indenização, reembolso ou compensação, quando for o caso.

14.4. Este contrato será rescindido total ou parcialmente pela PREFEITURA, de pleno direito, em qualquer tempo, isento de qualquer ônus ou responsabilidade, independentemente de ação, notificação ou interpelação judicial, sem que à CONTRATADA, assista o direito a qualquer indenização, se esta:

14.1. Falir, entrar em concordata, tiver a sua empresa dissolvida ou deixar de existir;

14.2. Transferir, no todo ou em parte, o presente contrato, sem prévia autorização da PREFEITURA;

14.3. Paralisar os serviços durante um período de 10 (dez) dias consecutivos;

14.4. Sem justa causa (a critério da PREFEITURA), suspender a prestação dos serviços;

14.5. Agir com dolo ou culpa ou mediante simulação ou fraude na execução do contrato.

14.5. A CONTRATADA reconhece os direitos da PREFEITURA, em caso de rescisão administrativa, de acordo com o disposto no artigo 80, da Lei Federal Nº: 8.666/93 e alterações.

14.6. Pela elaboração e apresentação da documentação e proposta, os interessados não terão direito a auferir vantagens, remuneração ou indenização de qualquer espécie.

14.7. É expressamente vedada a transferência **TOTAL OU PARCIAL** do credenciamento.

14.7.1 Os serviços referentes ao objeto deste Edital, só poderão ser efetuados pela instituição financeira que efetivamente se credenciou nesse processo e por seus agentes arrecadadores, não podendo transferir esta incumbência a outras empresas, mesmo que essas empresas façam parte do grupo societário;

14.8. A Prefeitura poderá, através de comunicação escrita e por prazo nunca inferior a 90 (noventa) dias, retomar, sem indenização de qualquer espécie, o referido credenciamento, desde que o mesmo esteja sendo explorado em desconformidade com o estipulado por este Edital, bem como se o mesmo se revelar insuficiente para o atendimento dos usuários, ou, ainda, se deixar de atender ao interesse público.

14.9. Não havendo mais interesse do credenciado em explorar o objeto do permissionamento, o mesmo deverá comunicar a Prefeitura com antecedência, estabelecendo um prazo mínimo de 30 (trinta) dias para o encerramento das atividades.

14.10. As dúvidas surgidas na aplicação no presente Instrumento Convocatório, bem como os casos omissos, a gestão dessa licitação e do contrato serão resolvidas pela Secretária Municipal de Finanças e Patrimônio – Ana Alves e Silva.

14.11. Para comprovação da veracidade das informações apresentadas pelos proponentes fica reservada à PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA GERTRUDES a promoção de diligências necessárias, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, artigo 43, parágrafo 3º.

14.12. As licitantes deverão manter e-mail atualizado para o envio de notificações.

14.13. As comunicações realizadas através do e-mail cadastrados serão consideradas válidas e perfeitas na data do envio com a juntada do comprovante do envio no processo licitatório

14.14. Fica eleito o Foro desta Comarca de Rio Claro/SP para solução em primeira instância, de quaisquer questões suscitadas na execução deste contrato não resolvidas administrativamente.

14.15. Para conhecimento do público, expede-se o presente Edital de Chamamento, que será afixado no mural de avisos da Prefeitura, e seu extrato será publicado na imprensa oficial e regional.

Santa Gertrudes/SP, 07 de fevereiro de 2020.

Rogério Pascon
Prefeito Municipal